



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO Nº DE 2021

(Do Sr. AUREO RIBEIRO)

Apresentação: 30/04/2021 09:55 - CFFC

REQ n.50/2021

Requer a realização de Audiência Pública para debater com representantes da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros a respeito de questões relacionadas à sua administração.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados – RICD, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, que seja realizada reunião de Audiência Pública, para debater sobre diversas questões relacionadas à administração da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, quais sejam:

- a) Montante da dívida da Petrobras e da Petrobras Distribuidora com a Petros e como estas estão fazendo o pagamento;
- b) Apresentação do calendário de pagamentos da Petrobras e da Petrobras Distribuidora, inclusive com os valores;
- c) Apresentação de relatórios de Comissões Internas de Apuração de supostas irregularidades em investimentos realizados no passado;



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Aureo Ribeiro

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD215895779400>

Fl. 1 de 5



* C D 2 1 5 8 9 5 7 7 9 4 0 0 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

d) Apresentação de cópias dos relatórios da Comissão de Valores Mobiliários – CVM sobre supostas irregularidades entre os anos de 2013 a 2018;

e) Quanto ao déficit da Petros entre 2013 a 2018, apresentação das irregularidades apuradas e providências tomadas;

f) Apresentação do rol de investimentos feitos nos anos de 2013, 2014 e 2015, com seus respectivos valores, que causaram insuficiência monetária;

g) Justificativa para o fato de a Petros não ter aplicado as "Joias" devidas aos participantes, que constituíram novas famílias e comprometeram o plano em R\$ 5,2 bilhões (Família Real) com a extensão de compromissos atuariais, em face do aumento de faixas etárias e respectivos dependentes;

h) Exposição dos motivos que levaram a Petros a retirar o teto operacional de 90% em 2015, dando um prejuízo de 3,4 bilhões de reais ao PPSP1;

i) Elaboração de justificativa para o fato de a Petros não ter cobrado da Petrobras a parte no pagamento de níveis em 2006, o qual gerou um prejuízo a Petros – PPSP1 de R\$ 2,2 bilhões;

j) Apresentação dos motivos que tornaram os investimentos de 2013 a 2015 abaixo da meta atuarial, causando um prejuízo de R\$ 13,56 bilhões no plano PPSP1, correspondendo a 60% do déficit;

k) Demonstração dos investimentos feitos entre os anos de 2013 a 2015, com seus respectivos valores;

l) Explicação dos motivos pelos quais o conselheiro Ronaldo Tedesco, eleito pelos participantes e assistidos, foi afastado do Conselho Deliberativo da Petros no dia 8 de março de 2021.

Portanto, requeiro que sejam convidados a comparecerem a este órgão técnico:





CÂMARA DOS DEPUTADOS

1. Presidente do Conselho Deliberativo da Petros, Sra. Claudia Padilha de Araújo Gomes;
2. Presidente da Petros, Sr. Bruno Silva;
3. Diretor de Investimentos da Petros, Sr. Alexandre Mathias;
4. Diretor de Segurança da Petros, Sr. Akira Miki;
5. Presidente do Conselho Fiscal da Petros, Sr. João Antonio da Silva Cardoso.

JUSTIFICAÇÃO

De acordo com informações do seu sítio eletrônico, a Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros foi criada em julho de 1970 e é o segundo maior fundo de pensão da América Latina. Administra diversos planos de previdência complementar, totalizando um patrimônio de R\$ 100 bilhões¹. O principal patrocinador da Petros é a empresa estatal Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras.

O regime de previdência complementar é facultativo e autônomo em relação ao regime geral de previdência social. Deve ser organizado com base na constituição de reservas técnicas, provisões e fundos que garantam o benefício contratado, conforme determina a legislação.

Nos últimos anos, foram amplamente divulgados nos meios de comunicação notícias de desvios de recursos financeiros em fundos de pensão, o que gerou repercussão no meio político e judicial. Em 2015, por exemplo, foi criada Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI na Câmara dos Deputados para investigar indícios de aplicação incorreta dos recursos e de manipulação na gestão de fundos de previdência complementar de funcionários de estatais e servidores públicos, ocorridas entre 2003 e 2015, e que causaram prejuízos

¹PETROS. *Quem somos*. Acessado em 26/04/2021. Disponível em: https://www.petros.com.br/PortalPetros/faces/Petros/apetros/qms?_afzLoop=365714769908501&_afzWindowMode=0&_adf.ctrl-state=1a7q9cc9td_43





CÂMARA DOS DEPUTADOS

vultosos aos seus participantes. Em 2016, por sua vez, foi deflagrada pela Polícia Federal – PF e pelo Ministério Público Federal – MPF a Operação Greenfield, que investiga diversas entidades de previdência complementar, inclusive a Petros.

Nesse contexto, o Plano Petros do Sistema Petrobras – PPSP, de benefício definido, está passando por um processo de equacionamento, em função do déficit de R\$ 22,6 bilhões acumulado nos anos de 2013, 2014 e 2015. Atualizado para o final de 2017, com base na meta atuarial (inflação + taxa de juros), o déficit do PPSP foi corrigido para R\$ 27,7 bilhões².

Segundo a Petros, o déficit deve ser equacionado por todos os participantes – ativos, aposentados e pensionistas – e também pelas patrocinadoras – Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros –, na mesma proporção das contribuições normais realizadas no período de 2013 a 2015, conforme determinado na legislação³.

Não satisfeitos com a obrigação de contribuir com mais recursos para cobrir o déficit do plano, alguns participantes buscaram guarida no Poder Judiciário, sendo que diversas medidas liminares foram concedidas. Todavia, posteriormente, o Superior Tribunal de Justiça – STJ restabeleceu as contribuições extraordinárias integrais para a Petros⁴.

Muitos grupos de participantes de planos da Petros não se conformam com esta situação e relatam em carta aberta⁵, entre outros: 1) falta de atualização do cadastro dos participantes, base de todos os cálculos atuariais; 2) falta de auditoria independente para reavaliar o passivo atuarial, como reiteradamente solicitado pelo Conselho Fiscal; 3) irregularidades em investimentos feitos; 4) infringência por parte da Petros, da Petrobras e da Petrobras Distribuidora a seus normativos éticos; 5) insuficiência de contribuição

2 PETROS. *Equacionamento*. Acessado em 26/04/2021. Disponível em: <https://equacionamento.petros.com.br/#home>.

3

PETROS. *Equacionamento*. Acessado em 26/04/2021. Disponível em: <https://equacionamento.petros.com.br/#home>.

4

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. *Presidente do STJ restabelece contribuições extraordinárias integrais para a Petros*. Acessado em 26/04/2021. Disponível em: <http://www.stj.jus.br/sites/porta/paginas/Comunicacao/Noticias/Presidente-do-STJ-restabelece-contribicoes-extraordinarias-integrais-para-a-Petros.aspx>

5 *Carta aberta a Petrobras, Petrobras Distribuidora e Petros*. Acessado em 26/04/2021. Disponível: <http://www.sindradio.org.br/CARTA-ABERTA-PED.pdf>.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

das empresas patrocinadoras; 6) não cobrança por parte da Petros de dívidas das patrocinadoras.

Nesse sentido, diante de todo o exposto, em face dos vultosos valores citados, bem como das denúncias de fraude e malversação dos recursos da Petros, constata-se a relevância de realizar Audiência Pública com representantes dessa entidade de previdência complementar para verificar as atitudes concretas que estão sendo tomadas para o equacionamento do déficit atuarial dos seus planos de previdência complementar.

Faz-se necessária, assim, a realização de Audiência Pública como meio apropriado para atingir este objetivo. Conto com o apoio dos nobres pares para a aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, de de 2021.

Dep. AUREO RIBEIRO
Solidariedade/RJ

